

**HABEAS CORPUS Nº 638.431 - SC (2021/0000763-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : BRIAN VINICIUS DA SILVA DE MIRANDA  
**ADVOGADO** : BRIAN VINÍCIUS DA SILVA DE MIRANDA - RS110817  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ANDRE LUIS LOPES PINTO JUNIOR (PRESO)  
**PACIENTE** : DANIEL RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRE LUIS LOPES PINTO JUNIOR e OUTRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Os pacientes foram presos em flagrante, no dia 03/01/2021, pela suposta prática do crime tipificado no art. 121, §2º, I, II e IV (duas vezes) e no art. 121, §2º, I, II e IV c.c. art. 14, II, todos do Código Penal. Posteriormente, foi decretada a prisão temporária dos pacientes.

O impetrante sustenta carência de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão temporária, ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar e falta de indícios suficientes de autoria em relação ao crime supostamente cometido.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a revogação da prisão temporária dos pacientes. Subsidiariamente, pugna pela substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO.

TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente